

Os *continuação* futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	Anos	*
Benfeitorias em propriedade de terceiros		
Máquinas e equipamentos	10	
Veículos	5	
Móveis e utensílios	10	
Ferramentas	10	
Computadores	5	

(*) Os valores de benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciados de acordo com os prazos dos contratos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado. **5.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A administração opta pelo não reconhecimento do ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores, uma vez que, com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo e as operações passivas em condições similares, a mesma considera como irrelevante o valor de tais ajustes. **5.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **5.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estes estejam sob fiscalização e administração de uma mesma autoridade fiscal. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **5.12 Benefícios a empregados**

Participação nos lucros: A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao nível de rentabilidade com relação ao patrimônio líquido e ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados mensalmente e efetua ajustes quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira mais confiável pela Companhia. **5.13 Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **5.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas. **5.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor original a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a. Vendas de serviços:** A receita compreende o valor presente pela exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("handling"), deduzida das despesas de intermediação das prestações de serviços de transporte, por parte dos agentes de carga. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita o momento da realização do transporte aéreo ou da prestação do serviço de "handling". **b. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **c. Outras receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **5.16 Arrendamentos:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. As quatro aeronaves B767-316F cargueiro, utilizadas pela Companhia, foram subarrendadas das sociedades ligadas Lan Airlines S.A. e Lan Cargo S.A. e são classificadas como arrendamentos operacionais. **5.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **6. Gestão de risco financeiro - 6.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Lan Chile, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **a. Risco de mercado - (i)** Risco cambial: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas:

	2014	2013
Contas a receber com terceiros (Nota 10)	48.397	54.865
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 22)	275.804	121.757
	<u>324.201</u>	<u>176.622</u>

Passivo circulante		
Fornecedores terceiros	9.037	8.255
Fornecedores partes relacionadas (Nota 22) (i)	209.896	86.281
	<u>218.933</u>	<u>94.536</u>

Passivo não circulante		
Outras contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 22)	3.851	3.396
	<u>222.784</u>	<u>97.932</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, a Companhia mantém contas a pagar e a receber com a TAM Linhas Aéreas S.A., as quais são apresentadas, de modo líquido. Como as operações são realizadas em reais e dólar dos Estados Unidos, o valor de partes relacionadas exposto difere daquele apresentado no balanço patrimonial. **b. Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além dos valores provisionados (Nota 10). **c. Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores terceiros	42.217	-	-
Fornecedores e outras contas pagar com partes relacionadas (Nota 22)	207.453	-	3.851

6.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia não tem por prática a captação de recursos junto a instituições financeiras, sendo que todos os recursos necessários, quando aplicável, são obtidos junto às partes relacionadas.

7. Instrumentos financeiros por categoria - Empréstimos e recebíveis		
Ativos, conforme balanço patrimonial	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	5.304	6.720
Contas a receber de clientes (Nota 10)	326.277	184.294
Outros ativos	10.080	4.690
	<u>341.661</u>	<u>195.704</u>

Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Ativos, conforme balanço patrimonial	2014	2013
Títulos e valores mobiliários (Nota 9)	4.465	4.034
	<u>4.465</u>	<u>4.034</u>

Outros passivos financeiros		
Passivos, conforme balanço patrimonial	2014	2013
Fornecedores	249.669	87.010
Outras contas a pagar	3.851	3.396
	<u>253.520</u>	<u>90.406</u>

8. Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por saldo em caixa, bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha.

	2014	2013
Caixa em espécie	486	416
Bancos conta movimento	4.818	6.304
	<u>5.304</u>	<u>6.720</u>
	2014	2013
	4.465	4.034

9. Títulos e valores mobiliários

Aplicações financeiras – CDB

Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, que estão vinculados a Cartas Fiança, garantias de dívidas pecuniárias, decorrentes exclusivamente ao pagamento das quantias questionadas em autos de execução

	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Máquinas e equipamentos	Computadores	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Outros	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo	4.553	4.956	2.748	1.115	351	163	71	13.957
Depreciação acumulada	(2.465)	(3.069)	(1.479)	(485)	(235)	(125)	(57)	(7.915)
Saldo contábil, líquido	<u>2.088</u>	<u>1.887</u>	<u>1.269</u>	<u>630</u>	<u>116</u>	<u>38</u>	<u>14</u>	<u>6.042</u>
Em 31 de dezembro de 2014								
Saldo Inicial	2.088	1.887	1.269	630	116	38	14	6.042
Aquisições	148	27	159	37	9	-	-	380
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(5)	-	-	(34)	(1)	(40)
Depreciação	(382)	(675)	(371)	(88)	(26)	(4)	(3)	(1.549)
Saldo contábil, líquido	<u>1.854</u>	<u>1.239</u>	<u>1.052</u>	<u>579</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>4.833</u>
Em 31 de dezembro de 2014								
Custo	4.702	4.984	2.554	1.143	360	15	67	13.825
Depreciação acumulada	(2.848)	(3.745)	(1.502)	(564)	(261)	(15)	(57)	(8.992)
Saldo contábil, líquido	<u>1.854</u>	<u>1.239</u>	<u>1.052</u>	<u>579</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>4.833</u>

O montante de R\$ 905 (2013 - R\$ 911) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo dos serviços prestados", R\$ 32 (2013 - R\$ 44) em "Despesas com vendas" e R\$ 613 (2013 - R\$ 400) em "Despesas gerais e administrativas". As benfeitorias em propriedade de terceiros estão representadas pelas instalações nas edificações utilizadas como parte da concessão para operação da Companhia no Aeroporto Internacional de Viracopos - Campinas, de propriedade da União Federal, e que se encontram sob a jurisdição e posse da Aeroportos Brasil Viracopos - ABV, amortizadas pelo prazo remanescente da concessão da operação. As aeronaves modelo B767-316F (Nota 1) foram subarrendadas na modalidade de subarrendamento operacional, das empresas ligadas Lan Airlines S.A. e Lan Cargo S.A. Os arrendamentos não contêm cláusula de opção de compra. A despesa operacional incorrida com arrendamento no exercício de 2014 foi de R\$ 185.978 (2013 - R\$ 157.758) e está registrada na rubrica Custo dos serviços prestados.

14. Fornecedores	2014	2013
Fornecedores de combustível	17.966	22.962
Taxas, sobrevôos e fornecedores de serviços de ground handling	7.870	8.291
Fornecedores de serviços de handling e serviços externos	8.783	9.793
Partes relacionadas	207.453	39.876
Outros fornecedores	<u>7.597</u>	<u>6.088</u>
	<u>249.669</u>	<u>87.010</u>

15. Salários e encargos sociais	2014	2013
Provisão de férias e encargos sociais sobre férias	6.006	5.873
Encargos sociais sobre salários a recolher	4.055	3.766
Provisão para bônus	-	4.072
Outros	<u>1.043</u>	<u>443</u>
	<u>11.104</u>	<u>14.154</u>

A Companhia possui 2 ações judiciais tramitando junto à Justiça Federal em Campinas, nas quais são discutidas o não recolhimento de verbas do INSS incidentes sobre auxílio-doença, auxílio-acidente, férias, adicional de férias de um terço e salário maternidade, bem como aviso prévio indenizado, adicional de hora extra, insalubridade, periculosidade e de transferência. A primeira ação foi julgada favoravelmente na 1ª e 2ª instâncias, afastando a exigibilidade do crédito tributário referente aos quinze primeiros dias de afastamento por motivos de doença/acidente, bem como sobre o adicional de um terço de férias. No que se refere à segunda ação, esta também foi julgada favoravelmente nas duas instâncias, afastando a exigibilidade do crédito tributário referente ao aviso prévio indenizado e sobre o 13º salário proporcional ao aviso prévio. Ambas estão pendentes de trânsito em julgado. Contabilmente a Companhia mantém a provisão dos referidos valores em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 1.569 (2013: R\$ 1.454), até que ocorra o trânsito em julgado das ações. **16. Contingências - a. Composição do saldo:** Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

fiscal e processos trabalhistas. As mesmas serão mantidas até o seu vencimento e, se necessário, prorrogadas para manutenção das Cartas Fiança. O valor justo desse ativo é próximo do valor registrado contabilmente. O rendimento médio é de 100% e 101% do CDI em 2014 e 2013.

10. Contas a receber de clientes	2014	2013
Contas a receber de clientes	55.606	66.516
Partes relacionadas (Nota 22)	275.804	121.757
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(5.187)	(3.979)
	<u>326.277</u>	<u>184.294</u>

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	2014	2013
Reais	7.263	11.651
Dólares americanos	<u>324.201</u>	<u>176.622</u>
	<u>331.464</u>	<u>188.273</u>

Em 31 de dezembro de 2014 as contas a receber de clientes no valor de R\$ 15.732 (2013 - R\$ 21.723) encontram-se vencidas, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2014	2013
A vencer	34.740	25.644
Vencidas: de 1 a 30 dias	16.578	17.928
de 31 a 60 dias	57	19.271
de 61 a 120 dias	772	291
de 121 a 360 dias	1.013	776
acima de 360 dias	<u>2.500</u>	<u>2.606</u>
	<u>55.606</u>	<u>66.516</u>

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	3.979	2.734
Provisão para impairment de contas a receber	1.303	1.347

Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(95)	(102)
Em 31 de dezembro	<u>5.187</u>	<u>3.979</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. As demais contas a receber do balanço não contêm ativos impaired. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. **11. Tributos a recuperar**

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	42.342	28.058
Outros tributos	<u>998</u>	<u>2.848</u>
	<u>43.340</u>	<u>30.906</u>

O crédito acumulado de ICMS decorre, principalmente, da diferença entre as alíquotas aplicadas nas aquisições de combustíveis e nas prestações de serviços da Companhia. Os créditos foram substancialmente acumulados nos estados de São Paulo e Pernambuco, em decorrências das operações domésticas iniciadas em 2009. No decorrer do exercício de 2012, a Companhia protocolou, junto às autoridades fiscais, pedido de ressarcimento dos créditos de ICMS acumulados no estado de São Paulo, no período de 2009 a 2011, e aguarda aprovação para utilização destes para pagamento de fornecedores. Posteriormente ao protocolo do pleito acima mencionado, nos anos de 2013 e 2014, providenciou-se o requerimento dos pedidos de apropriação do crédito acumulado para os períodos subsequentes até o mês de dezembro de 2013. Nesse mesmo sentido, fora protocolado perante as autoridades pernambucanas à documentação pertinente visando à apropriação e homologação do crédito acumulado de ICMS e sua consequente transferência para terceiros, referentes ao período de agosto de 2010 à Setembro de 2014. A Companhia não espera nenhuma perda em conexão com a realização desses créditos tributários, motivo pelo qual não foi consignada nenhuma provisão para perdas na realização desse ativo.

12. Investimentos em subsidiárias: O investimento em sociedade controlada corresponde à participação de 99,99% no capital social da empresa Tranship S.A. (sociedade sediada no exterior), representada por 475.719 ações ordinárias adquiridas em 24 de setembro de 2001.

a. Movimentação do investimento	2014	2013
Em 1º de janeiro	1	831
Variação cambial	-	126
Prejuízo do exercício	(1)	(956)
Em 31 de dezembro	<u>0</u>	<u>1</u>

b. Informações sobre o investimento	2014	2013
Patrimônio líquido	0	1
Resultado do exercício	(1)	(956)

	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Outros	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2013					
Custo	1.115	351	163	71	13.957
Depreciação acumulada	(485)	(235)	(125)	(57)	(7.915)
Saldo contábil, líquido	<u>630</u>	<u>116</u>	<u>38</u>	<u>14</u>	<u>6.042</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo Inicial	630	116	38	14	6.042
Aquisições	37	9	-	-	380
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações	(5)	-	(34)	(1)	(40)
Depreciação	(88)	(26)	(4)	(3)	(1.549)
Saldo contábil, líquido	<u>579</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>4.833</u>
Em 31 de dezembro de 2014					
Custo	1.143	360	15	67	13.825
Depreciação acumulada	(564)	(261)	(15)	(57)	(8.992)
Saldo contábil, líquido	<u>579</u>	<u>99</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>4.833</u>

	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Contingências tributárias	447	413	-	-	447	413
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.295	1.243	(541)	(467)	754	776
Indenizatórias	834	690	(430)	(315)	404	375
Órgãos Reguladores	32.710	51.537	-	-	32.710	51.537
	35.286	53.883	(971)	(782)	34.315	53.101

b. Movimentação do saldo: A movimentação do saldo dessas contingências está demonstrada seguir:

	2014	2013
Saldo inicial	53.101	1.412
Exclusões/baixas	(18.827)	(402)
Adições	57	49.945
Atualizações monetárias	173	2.632
Movimentação dos depósitos judiciais	(189)	(486)
Saldo final	<u>34.315</u>	<u>53.101</u>

c. Natureza das contingências: As contingências trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas. **d. Órgãos reguladores:** No ano de 2008, foi imposta uma multa pelas autoridades americanas (IRS) contra a Companhia, no montante de R\$ 49.077 (equivalente a US\$ 21 milhões). Contudo, essa penalidade foi assumida integralmente por um de seus acionistas, a "Lan Cargo Overseas", a qual isentou a ABSA - Aerolíneas Brasileiras S.A. de qualquer custo em conexão com essa multa. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008. No exercício de 2009, o objeto da multa descrita acima passou a ser questionado em território nacional pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. A companhia foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134. De acordo com nossos assessores jurídicos estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio de ne bis in idem ao caso, dentre outros argumentos, com redução da multa a patamares entre R\$ 43.574 e R\$ 65.361. Com base na opinião dos advogados da Companhia, foi constituída em 2013 a provisão no montante de R\$ 51.537, o qual foi a melhor estimativa da administração do provável desembolso de caixa em conexão com essa demanda. Todavia em 26 de Novembro de 2014 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE alterou os valores das multas aplicadas à ABSA, pois o Tribunal entendeu que a forma de contabilizar as receitas da empresa pode ter levado a uma distorção na fixação da multa, em prejuízo da isonomia. Diante disso foi revertida a provisão hora anteriormente constituída e gerada uma nova provisão com o novo valor fixado para a multa de R\$ 32.710 a qual não houve desembolso de caixa, pois ainda se está tramitando o processo. **e. Perdas possíveis não provisionadas:** A Companhia tem ações de naturezas tributárias, trabalhistas, organismos reguladores *continua*

de *continuação* e indenizações envolvendo riscos de perda significativa dos pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R\$ 13.694, R\$ 58.227, R\$ 1 e R\$ 13.487, para as quais não há provisão constituída. As ações tributárias correspondem, substancialmente, ao questionamento da expansão da base de cálculo e do aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%, introduzido pela Lei 9.718/98. Com base no parecer de seus assessores jurídicos, bem como decisões recentes do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgaram inconstitucional os dispositivos da Lei 9.718/98 que incluíram as receitas financeiras e as "outras receitas" na base de cálculo de PIS e COFINS, a administração reverteu em 2005 a provisão para PIS e COFINS sobre receitas financeiras e "outras receitas". Entretanto, o questionamento específico da Companhia acerca desse tema foi julgado a favor das autoridades tributárias brasileiras. Dessa forma, em 2008, a Companhia recebeu das autoridades tributárias brasileiras Autos de infração fiscal decorrentes da perda desse questionamento. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado do auto de infração é de R\$ 5.914 (R\$ 5.644 em 2013), e a movimentação do saldo durante o ano de 2014 é decorrente de juros e multa de mora sobre esse auto de infração. Os referidos autos de infração foram oportunamente impugnados administrativamente por diversos argumentos jurídicos e de procedimento administrativo. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, entendemos que os critérios adotados pela Secretaria da Receita Federal para a imposição e cálculo dos tributos exigidos nos referidos autos de infração são contrários à legislação vigente e, consequentemente, consideramos remota a possibilidade de perda referente a essa questão. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. **f. Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais, para os quais não foram constituídas provisões para contingências, devido aos consultores jurídicos da Companhia entenderem que os processos são de perda possível ou remota, conforme composição a seguir:

	2014	2013
Contingências tributárias	6.111	5.625
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.900	1.431
Indenizatórias	4.912	4.260
	<u>12.923</u>	<u>11.316</u>

Esses depósitos judiciais estão apresentados no ativo como "realizável a longo prazo". **17. Capital social e reservas - a. Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está representado por 4.060.702 ações nominativas no valor nominal de R\$1,00 cada uma. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da empresa e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas. O estatuto social assegura aos acionistas direito a dividendo mínimo equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado segundo a legislação societária brasileira. A Assembléia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. **b. Reserva legal:** É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **c. Reserva para retenção de lucros:** O lucro líquido apurado no exercício foi destinado à reserva de lucros com o objetivo de manter recursos suficientes para o capital de giro da Companhia a ser aprovado pelos acionistas por ocasião da próxima reunião de acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da parcela constituída como reserva legal. Entretanto, por meio de deliberação dos acionistas, não foram propostos dividendos mínimos obrigatórios em 2014 com o objetivo do lucro do exercício ser reinvestido nos negócios. **e. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Em 26 de dezembro de 2013 o acionista controlador efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 140 milhões, o qual é irrevogável e irretirável e será objeto de capitalização em 2015, isso porque em 03 de fevereiro de 2014 em assembleia extraordinária foi alterada e consolidada o estatuto social da ABSA, contudo tal estatuto ainda se encontra para aprovação da ANAC e após a aprovação será remetida a Junta Comercial para registro e posterior integralização do capital. **18. Receita:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2014	2013
Vendas brutas de serviços prestados	1.058.243	1.100.354
Impostos sobre vendas	(55.243)	(62.905)
Receita líquida de serviços prestados	<u>1.003.000</u>	<u>1.037.449</u>
19. Despesas por natureza	2014	2013
Custo dos serviços prestados		
Serviços de transporte efetuados por partes relacionadas	220.081	294.760
Combustível	195.800	188.122
Subarrendamento operacional das aeronaves	185.978	157.771
Despesas com pessoal	65.047	67.409
Despesas com aluguel de porão de aeronaves	189.909	174.963
Manuseio de carga	26.671	29.659
Outros custos (tarifas aeroportuárias, taxas de sobrevôo e depreciação)	<u>83.096</u>	<u>64.125</u>

Diretoria
Aos Administradores e Acionistas da ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. - São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável

	966.582	976.609
Despesa com vendas		
Despesas com comissões	17.883	17.444
Despesas com serviços profissionais	6.419	4.784
Despesas com pessoal	5.778	6.963
Outras despesas com vendas	544	760
	<u>30.624</u>	<u>29.951</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	8.677	10.187
Despesas com serviços profissionais	5.365	7.798
Despesas com consumos básicos	1.639	1.861
Outras despesas gerais e administrativas	1.642	774
	<u>17.323</u>	<u>20.620</u>

Outras despesas, líquidas		
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(25.726)	49.852
Despesa com contingências não provisionadas		
Despesa com tributos	889	730
Perda (ganho) na alienação do imobilizado	16	-
Outras	441	(465)
	<u>(24.380)</u>	<u>50.117</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>

20. Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Repasse de ganhos financeiros (partes relacionadas)	-	-
Ganhos em aplicações financeiras		
("Títulos e valores mobiliários")	2.221	2.267
Outras receitas financeiras	18	318
	<u>2.239</u>	<u>2.585</u>

Despesas financeiras		
Juros e multas tributárias	(772)	(1.124)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(718)	(1.314)
Juros financeiros	(248)	(575)
Outras despesas financeiras	(59)	(107)
	<u>(1.797)</u>	<u>(3.120)</u>

Variações monetárias e cambiais, líquidas		
Receitas com variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	153.886	238.389
Despesas com variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(146.086)	(247.887)
	<u>7.800</u>	<u>(9.498)</u>
	<u>8.242</u>	<u>(10.033)</u>

21. Despesa de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro tributável às alíquotas aplicáveis, sendo em geral 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social (taxa composta de 34%). **a. Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, a compensar com lucros tributáveis futuros, no montante aproximado de R\$ 3.427 (2013 - R\$ 1.874). A utilização dos correspondentes créditos está limitada anualmente a 30% dos tributos devidos. Tendo em vista que a realização desses créditos está condicionada à geração de lucros tributáveis futuros, os quais presentemente não são aplicáveis de serem mensurados, não foram consignados nas demonstrações financeiras os correspondentes créditos tributários em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. **b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro antes do IR e da CS	21.093	(51.037)
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto - 34%	(7.172)	17.353
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Compensação de prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social sobre o lucro	543	461
Outras adições e exclusões temporárias, líquidas - principalmente decorrente de provisões para contingências e impairment de contas a receber de clientes	5.409	(18.617)
Despesa do imposto de renda - corrente	(1.220)	(803)
Alíquota efetiva	<u>5.78%</u>	<u>1.57%</u>

22. Saldos e transações com partes relacionadas: A Companhia mantém relações e transações em montantes significativos com sua controladora e empresas associadas. Essas transações com partes relacionadas referem-se, principalmente, aos arrendamentos mercantis das aeronaves B767-316F das sociedades ligadas Lan Airlines S.A. e Lan Cargo S.A., a fretes transferidos por serviços de transporte aéreo e correlatos, fretes recebidos por partes relacionadas a serem transferidos à Companhia, pagamentos por conta de despesas que serão posteriormente ressarcidos, bem como fretes recebidos de terceiros por conta das partes relacionadas, que serão posteriormente transferidos. Os saldos decorrentes dessas operações estão sujeitos à variação cambial do dólar estadunidense. **a. Controladora final:** A controladora da ABSA Aerolinhas é a TAM S.A. e sua controladora final é LAN Airlines S.A.. **b. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e compras de serviços**

	2014	2013
Ativo circulante - contas a receber:		
Lan Airlines S.A.	248.177	116.096
Lan Cargo S.A.	18.031	-

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os

Connecta Corporation	1.691	1.490
Lan Peru S.A.	68	2.018
Lan Argentina S.A.	2.466	1.599
Aerotransporte MAS de Carga S.A.	5.371	-
Lan Cargo Repair Station LLC	-	554
	<u>275.804</u>	<u>121.757</u>
Passivo circulante - contas a pagar:	2014	2013
TAM Linhas Aéreas S.A.	137.346	3.262
Sociedade Linea Aerea Carguera Colombia	59.892	32.584
Lan Cargo Repair Station LLC	1.580	-
Lan Cargo S.A.	-	312
Lineas Aéreas Nacionales del Ecuador S.A.	1.916	1.132
Aerovias de Integracion Regional S.A.	5.045	1.236
Transportes Aeroes del Mercosur S.A.	1.451	735
Prime Airport Services Inc.	98	319
HGA Rampas do Equador S/A	24	240
Aerotransporte MAS de carga S.A.	-	25
HGA Rampa e serviços aeronáuticos S.A.	-	21
Transporte Aereo S.A.	100	9
Imobiliária Aeronáutica S.A.	1	1
	<u>207.453</u>	<u>39.876</u>
Passivo não circulante - contas a pagar		
MAS Investment Limited	3.851	3.396
	<u>3.851</u>	<u>3.396</u>
	<u>211.304</u>	<u>43.272</u>

c. Vendas e compras de serviços: As principais transações com partes relacionadas foram de serviços aeroportuários, transferências de cartas, reembolsos de custos operacionais e arrendamento das aeronaves utilizadas pela Companhia. Abaixo estão demonstradas as transações de vendas e compras realizadas com cada uma das partes relacionadas:

	2014	2013
Serviços prestados pela Companhia		
Lan Airlines S.A.	306.682	271.524
Sociedade Linea Aerea Carguera Colombia	25.321	29.081
Lan Cargo S.A.	23.309	19.450
TAM Linhas Aéreas S.A.	190.903	66.825
Aerotransporte MAS de Carga S.A.	5.217	4.421
Aerovias de Integracion Regional S.A.	388	1.444
Outras	1.321	1.639
	<u>553.141</u>	<u>394.384</u>

Serviços adquiridos pela Companhia		
Lan Airlines S.A.	177.407	168.586
Lan Cargo S.A.	149.969	128.493
Sociedade Linea Aerea Carguera Colombia	67.303	101.198
TAM Linhas Aéreas S.A.	204.035	221.295
Aerotransporte MAS de Carga S.A.	1.659	8.011
Aerovias de Integracion Regional S.A.	3.608	2.329
Lineas Aéreas Nacionales del Ecuador S.	784	1.024
Outras	3.851	2.695
	<u>608.616</u>	<u>633.631</u>

d. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração refere-se aos membros da diretoria da Companhia. A remuneração paga ou a pagar por seus serviços está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Salários, férias, 13º salários e encargos sociais	4.733	4.091
Participação nos lucros	-	1.306
	<u>4.733</u>	<u>5.397</u>

23. Compromissos: A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, contratos de subarrendamento operacional com as sociedades ligadas Lan Airlines S.A. e Lan Cargo S.A., de suas quatro aeronaves B767-316F cargueiro. Tais contratos possuem vencimentos em 2015, 2016 e 2017 e são renováveis no término do período do subarrendamento. Por este subarrendamento, a Companhia paga as sociedades ligadas ("arrendatárias") um valor fixo por hora voada, em bases mensais, sendo que há volume de horas mínimas de horas contratadas. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício, estão divulgadas na Nota 19, como "Custo com subarrendamento operacional das aeronaves".

Em moeda estrangeira -US\$ mil	Pagamentos mensais com vencimento máximo em	2014	2013
--------------------------------	---	------	------

Aeronaves e seus components
24. Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A partir de 2013 os seguros da ABSA passaram a ser contemplado junto a apólice de seguros da TAM Linhas Aéreas e Multiplus, o montante dessa cobertura em 31 de dezembro de 2014 para os bens do ativo imobilizado é de R\$ 315.617 (2013 - R\$ 99.436). Consoante contratos de arrendamento, a manutenção de cobertura de seguros das aeronaves subarrendadas B767-316F, salvo responsabilidade civil, é de responsabilidade dos subarrendatários (Lan Airlines S.A. e Lan Cargo S.A.), mantendo a Companhia cobertura para responsabilidade civil.

seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2014, que conteve modificação em decorrência da não constituição de provisão para contingências referente a auto de infração de PIS e COFINS recebido em anos anteriores no montante de R\$ 5.644 mil, e do não reconhecimento no resultado do exercício de multa e juros de R\$ 156 mil referentes a essa mesma provisão.

São Paulo, 10 de abril de 2015

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Orlando Octávio de Freitas Júnior - Contador CRC 1SP178871/O-4